

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA E A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS NAS ESCOLAS (1963-1996)

Maria Elisabeth Blanck Miguel (PUCPR)

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira (PUCPR)

1 Políticas educacionais e movimentos sociais

O estudo se insere no grupo de pesquisa “Educação Brasileira e Paranaense”, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e foi motivado pela constatação, por parte das pesquisadoras, da falta de sistematização histórica das políticas de ensino do município de Curitiba, no período de 1963 a 1998. Considerou-se, ainda, a relação entre as políticas educacionais e as práticas pedagógicas delas decorrentes, buscando-se compreender a abrangência ou as restrições daqueles aos quais cabe executar as propostas pensadas pela administração central da cidade.

A Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) passou a atuar junto às escolas em 1955, quando da reestruturação administrativa que originou a criação do Departamento de Educação, Cultura e Turismo, cuja finalidade era “identificar, nos bairros da cidade, os locais apropriados à construção de prédios escolares. Esses prédios, após concluídos, eram cedidos ao governo estadual, que assumia a contratação de professores e a efetivação do trabalho pedagógico” (DIRETRIZES CURRICULARES, 2002/2003).

Em 1963, a PMC passou a atuar no campo da prática pedagógica, construindo o Centro Experimental Papa João XXIII, anteriormente denominado Grupo Escolar da Vila Leão, e, antes ainda, Escola Isolada da Vila Pimpão, situado nas imediações do bairro do Portão. Esse Centro Experimental compreendia o ensino de 1^a a 4^a séries, desenvolvendo uma proposta que se consubstanciava na educação comunitária. Com o funcionamento do Centro Experimental, ampliaram-se as atividades do sistema municipal de educação, que assumiu o ensino fundamental (do pré à 4^a série) nas regiões periféricas de Curitiba, totalizando, em 2000, “133 equipamentos, entre escolas especiais (duas) e de ensino regular” (DIRETRIZES CURRICULARES em discussão, 2000). A partir desse momento, começaram a ser delineados no sistema educacional do município programas que traduziam diferentes tendências educacionais, buscando atender às diferentes necessidades

da população. Conquanto haja clareza quanto aos objetivos dos diferentes programas, as implicações da adoção de diferentes tendências na qualidade do ensino até o momento ainda não foram analisadas. Sendo assim, propôs-se como problema desta pesquisa a seguinte questão: Como se efetivaram as políticas educacionais, traduzindo-se em práticas escolares, para atender às necessidades pedagógicas da população?

O problema partiu da hipótese de que as políticas educacionais foram implantadas sob a égide de tendências pedagógicas que tinham maior repercussão em determinado momento, mas que não se traduziram por efetivas mudanças no cotidiano das salas de aula, lócus privilegiado da relação professor-aluno. As atividades de sala de aula, em conjunto com as demais atividades escolares, deveriam ter condições de atender às necessidades pedagógica, entendidas como “os conhecimentos, habilidades e atitudes que as crianças provenientes de famílias de baixa renda devem adquirir enquanto freqüentam a escola para, de posse desse saber, tentar superar a sua própria situação” (PASSOS, 1983, p. 8). Resta indagar se isso efetivamente ocorreu.

No âmbito da história recente da educação no município de Curitiba, a discussão dessa questão poderá oferecer dados que contribuam para a tomada de decisão concernente às políticas educacionais que visem, verdadeiramente, à melhoria do processo ensino-aprendizagem tomado em seu sentido amplo, como sinônimo de práticas educativas para a formação do aluno enquanto cidadão inserido no mundo em que vive.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE CURITIBA NO PERÍODO 1963-1996

O período em estudo, de 1963 a 1996, foi subdividido conforme segue, tomando-se por base as mudanças trazidas pelos programas municipais para a educação:

1963-1968 – fase inicial de implantação;

1968-1975 – primeiro Plano Educacional, elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC);

1975-1979 – segundo Plano Educacional, elaborado pelo Departamento de Educação;

1979-1983 – terceiro Plano Educacional, elaborado pelo Departamento de Educação;

1983-1986 – “Políticas da Educação para uma Escola Aberta”, elaboradas a partir das discussões e reflexões entre os profissionais da Rede Municipal de Ensino de Curitiba;

1986-1988 – Plano de Educação do Município de Curitiba, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação;

1989-1992 – Plano Municipal de Ensino, elaborado pela Secretaria Municipal de Ensino de Curitiba;

1993-2003 – Plano Decenal de Educação para Todos do Município de Curitiba, elaborado pela Comissão de Consolidação do Plano Decenal de Educação para Todos do Município de Curitiba.

Justifica-se esta divisão porque cada um desses momentos históricos parece revelar a adoção de tendências educacionais diferenciadas, com efeito direto no fazer pedagógico do professor e na aprendizagem do aluno. Subjacentes a essas tendências, a Rede Municipal de Ensino de Curitiba afirma ter havido a preocupação em corrigir progressivamente as distorções criadas ao longo da sua existência, contribuindo para que a desigualdade social e as diferenças sócio-econômicas não se refletissem na realidade dos sistemas de ensino (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DOS CICLOS DE APRENDIZAGEM NA RME DE CURITIBA, 1999).

Adiante, tentar-se-á descrever algumas estratégias e apontar ideologias que nortearam as ações da Prefeitura Municipal de Curitiba no setor educacional, nos períodos citados, relacionando-as aos dados relativos à urbanização da cidade e que justificaram a organização dos planos apresentados.

O primeiro plano de urbanização que representou a primeira tentativa de ordenação da cidade vista como um conjunto foi o Plano Agache (1943), elaborado pelo urbanista francês Donat-Alfred Agache, criador do termo “urbanismo”.

Contratado pelo então Prefeito Rozaldo Mello Leitão (1940-1943) com o objetivo de conceber um plano diretor para Curitiba, visando a resolver o grave problema da cidade de ter um centro com tendência ao congestionamento e às enchentes, Agache acreditava que a cidade deveria estar preparada com uma malha viária que viesse a atender um tráfego intenso de automóveis, com ruas largas, de alta velocidade de escoamento, permitindo o deslocamento do centro para os bairros. As avenidas de ligação, desde que dessem rápido acesso bairro-centro, seriam um fator de atração para a urbanização da periferia, pois os trabalhadores chegariam ao centro por meio de um sistema geral de

transporte em massa. O centro de Curitiba, por sua vez, ficaria reservado apenas para o comércio e o lazer.

Do Plano Agache, algumas das obras efetivamente realizadas foram a centralização dos prédios públicos, constituindo o atual Centro Cívico, o Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná - UFPR, o Centro Militar do Bacacheri, algumas avenidas e galerias de águas pluviais.

Documentos da Rede Municipal de Educação identificam, na década de 1950, alto índice de fluxo migratório, triplicando a população da cidade nas décadas de 30-40. Esse aumento da migração propiciou o aumento da desescolarização relativa, pela baixa taxa de escolarização apresentada nos pontos de migração, o que ocasionou o aumento da distorção idade-série.

O período decisivo em relação ao processo de planejamento da cidade foi, contudo, a década de 60. Esse processo de planejamento, no sentido moderno do termo, iniciou-se precisamente em 1962, com a eleição de Ivo Arzua Pereira para a Prefeitura da cidade. Em 1963, Arzua criou a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS) e, no ano seguinte, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) decidiu financiar a revisão do Plano Agache. Curitiba começava a entrar na história dos Planos Diretores e sua experiência seria modelo para outras cidades do Brasil. Para realizar o acompanhamento e a implantação do planejamento de Curitiba, foi criado, no final de 1965, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. A ele coube elaborar, em 1968, o Plano de Educação, cujas metas sociais levariam o homem a se auto-promover, substituindo assim o antigo conceito paternalista do Estado de satisfazer as “necessidades da população pelo progresso e desenvolvimento social” (PLANO DE EDUCAÇÃO, 1968, p. 1). Esse Plano propunha investimentos na alfabetização, criação das associações de pais e mestres, valorização do magistério e educação comunitária, tendo por respaldo a premissa da educação integral. Esses centros comunitários abrigavam “clube agrícola, clube de recreação orientada, clube de educação doméstica, escolinha de artes, clube de leitura, centro de artes industriais, clube das donas de casa, biblioteca comunitária”, além das atividades relativas ao ensino primário da época (DIRETRIZES CURRICULARES em discussão, 2000). O paradigma educacional em vigor privilegiava a transmissão de conhecimentos e valores sociais acumulados pelas gerações mais velhas. Providências foram adotadas no sentido de se elevar gradativamente o nível do professorado que ainda não possuía especialização, realizando-se, de maneira concomitante, concursos públicos para recrutamento de novos professores. Em face do número de vagas a serem criadas para

atender o conjunto da demanda da comunidade escolar prevista para 1970, foi planejada a construção de novas unidades e a ampliação de salas em unidades existentes. Estabeleceu-se como capacidade máxima ideal para as escolas que seriam construídas em Curitiba prédios com 10 salas de aula para 35 alunos cada, portanto, com capacidade para atender 700 alunos em dois turnos de funcionamento. Era o prenúncio da melhora esperada no processo de ensino e de aprendizagem. Houve a tendência de se atribuir ao Município a responsabilidade da educação de nível pré-primário e primário, deixando para o Estado a de nível médio e a superior para a União. Devido à proximidade física da administração com a população que seria escolarizada, esperava-se em médio prazo, revelar uma política altamente eficiente para solucionar os problemas para a educação de base.

O poder Estadual funcionaria como órgão orientador de uma filosofia de educação coerente com as diretrizes nacionais e como provedor de grande parcela de recursos que assegurariam à educação de base, a eficiência desejada.

Após a transferência da responsabilidade maior da educação de base para o município, e para garantir ao sistema todas as condições de executar os planos que viessem a ser elaborados, houve algumas implicações de natureza jurídica que determinaram a criação de algumas leis e a adaptação de outras.

Considerou-se a idéia de educação permanente conjugada à de desenvolvimento como um processo contínuo, ou seja, não limitado ao tempo e espaço da vida escolar. Desta forma, tornou-se necessário expandir as oportunidades de aperfeiçoamento por meio de outras instituições da comunidade, tais como: bibliotecas, teatros, centros de recreação, cursos avulsos etc.

Com o intuito de integrar a escola e a criança à vida comunitária e, a longo prazo, estender o dia escolar para 6 horas diárias, como pretendia o Plano Nacional de Educação, foi proposta uma política que procurasse concentrar e melhorar os equipamentos dos gabinetes médicos e dentários, das bibliotecas, dos laboratórios e dos campos de esporte, localizando-os de maneira estratégica para atender a população em idade escolar da comunidade.

A valorização do magistério apresentou-se como uma das variáveis mais importantes a ser manipulada para poder elevar os padrões de rendimento da escola primária, estimulando o professorado a renovar periodicamente seus conhecimentos que levariam a resultados positivos superando assim muitos problemas presentes. Particular importância foi atribuída aos cursos de especialização na área de formação docente.

Em 1970, o então Prefeito Omar Sabbag implantou o Sistema Municipal de Educação. O relatório da PMC do ano de 1971, gestão de Jaime Lerner, afirma a necessidade de retração na execução de obras e a necessidade da construção de quatro núcleos de emergência já sob orientação de se transformarem em núcleos básicos da comunidade.

Em documento intitulado “A Implantação do Ensino de 1º Grau – Aspectos evolutivos”, de julho de 1975, a Diretoria de Bem Estar Social (DBES) problematiza as demandas advindas do alto fluxo migratório, considerando que alguns agrupamentos tornam-se verdadeiras “zonas de penetração pioneira, em que problemas culturais surgem advindos da dificuldade de assimilação pelo imigrante de padrões urbanos. Sem possibilidade de manutenção dos valores originais, se somam à imensa demanda de serviços que os órgãos públicos não podem, naturalmente, satisfazer” (s.p.).

Em estudo das condições de ensino na cidade, o DBES identificou que as regiões mais populosas, justamente as de maior carência, eram aquelas desassistidas pela educação governamental (estadual e municipal). Em face disso, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) apresentou proposta de revisão, o que gerou a gradual inclusão das escolas periféricas no quadro da prefeitura, chegando-se a índices mínimos de desescolarização na capital.

Com o intuito de se reduzir os altos custos com educação, fez-se necessário verificar a causa do baixo rendimento escolar. Destes, os mais salientados foram carência nutritiva, falta de boa saúde e pobreza de estimulação da criança na fase da infância em que é mais acentuado seu desenvolvimento cerebral. Quanto às soluções, indicou-se a suplementação da merenda escolar com soja, suplementação essa que estava sendo estudada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e que deveria ser de fácil aceitação ao paladar. Outra medida a ser tomada seria a implantação da ‘correção de fluxo’ em toda a rede escolar, com ampliação de ofertas de ambientes especiais, tornando possível cumprir os objetivos da Lei nº 5.692/71.

Ainda neste ano foi elaborado pela Diretoria de Educação do Departamento de Bem Estar Social o Plano de Educação que ficou composto de três volumes, sendo o III-A referente ao currículo das escolas de Curitiba. Este Plano estabeleceu currículo único, calendário único e testes unificados para cada série de ensino.

Em 1973, após o advento da Lei nº 5.692/71, foram criados os serviços de Supervisão Escolar e Orientação Educacional, com as atribuições que lhes eram conformadas.

Na seqüência, em 1975, editou-se o segundo Plano Educacional, elaborado pela Diretoria de Educação, o qual definia a adoção de currículo e calendário únicos para todas as escolas, com aplicação de teste unificado para as séries atendidas.

O terceiro Plano Educacional (1979), elaborado pelo Departamento de Educação, considerou o levantamento da situação demográfica, socioeconômica e escolar de Curitiba registrado no “Relatório do Seminário Municipal de Educação” (1979), elaborado pela Universidade Federal do Paraná, e que apontava os principais problemas enfrentados pelo ensino municipal naquele momento.

Nos anos 80, tomou força o movimento nacional voltado para a educação pública, propondo uma nova maneira de pensar as relações professor-aluno, valorizando o saber popular e evidenciando a realidade do aluno como “ponto de partida para o trabalho pedagógico”. Para discutir essas concepções, realizou-se em Curitiba o I Simpósio Educacional do Departamento de Educação, de 22 de setembro a 09 de dezembro de 1983, de cujas conclusões se originou o documento “Políticas de Educação para a Escola Aberta”, que norteou o pensamento pedagógico da Rede Municipal de Ensino no período. Dentre as principais diretrizes estabelecidas encontravam-se a promoção de uma política de aperfeiçoamento profissional, a democratização do poder com eleições diretas para diretores de escolas, a valorização das manifestações culturais da comunidade; a promoção da melhoria da qualidade do ensino e a valorização do educador como profissional, decorrente da aprovação do Estatuto do Magistério Municipal de Curitiba (Lei nº 6.761/85). Tais reflexões buscaram constituir um movimento de resgate da função da escola, como local privilegiado do conhecimento, necessário à construção da cidadania. Segundo o documento, não deveria haver cisão entre o governo e a população, enfatizando-se a necessidade de uma democracia participativa. Para torná-la possível no ensino seria necessário democratizar a administração da escola, o que se daria por meio da criação e da participação das Associações de Pais e Mestres, de grêmios estudantis, da Associação Municipal de Professores e da criação de um conselho comunitário com a participação de pais, professores e alunos. Medidas relevantes quanto à permanência dos alunos na escola e ao quadro próprio do magistério foram tomadas. Percebeu-se que a reprovação e a evasão escolar atingiam alto nível na capital e que as causas eram mais por razões sociais e de estrutura da própria escola do que por incapacidade intelectual dos

educandos, pelo que deveria ser mantida e ampliada a assistência ao estudante no que se referia aos aspectos sociais: alimentação em horário escolar, por exemplo, sem com isso torná-los dependentes do Estado. Para o desvencilhamento desses problemas, propunha-se a desburocratização, a democratização e a reestruturação do sistema.

No período de 1984 a 1988, em decorrência das discussões sobre a “Escola Aberta”, foi proposta a reformulação do currículo de pré a 4ª série das escolas municipais, consubstanciada no documento “Currículo Básico: uma contribuição para a escola pública brasileira”, publicado em 1988. Com ele, disseminou-se o pensamento pedagógico denominado progressista, que propunha a reestruturação da função escolar, objetivando-se uma nova sociedade.

Em 1991, nova reformulação do currículo foi apresentada, com base em estudos com professores, contemplando o ensino de pré à oitava série do ensino de primeiro grau, em documento intitulado “Currículo Básico: compromisso para a melhoria da qualidade do ensino na escola pública”. As dúvidas e necessidades surgidas quanto à implantação prática do que se preconizava em termos de fundamentação teórico-metodológica levaram esse currículo a duas sucessivas reescritas, em 1992 e em 1994. Essas versões “procuraram redimensionar os conteúdos do ponto de vista científico, crítico e reflexivo, sugerindo encaminhamentos metodológicos para cada uma das áreas do conhecimento” (DIRETRIZES CURRICULARES em discussão, 2000). Observa-se que para a reestruturação do currículo, a partir de 1991, os conteúdos passaram a ser analisados por disciplinas, sendo realizados concomitantemente seminários, cursos e grupos de estudos cuja temática era a necessidade de se propiciar ao aluno a construção de aprendizagens significativas, desenvolvendo-o como ser humano e possibilitando-lhe o exercício consciente da cidadania voltada à justiça social. Analisando as mudanças no Currículo Básico que ocorreram nas versões 1984/1988 e 1991, parece ter havido uma diminuição do caráter global e de conjunto das propostas políticas. O currículo de 1984/1988 não se configurava apenas no sentido de um compilado de conteúdos, mas apresentava também uma concepção filosófica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo veio reafirmar que o progresso social e econômico só é possível quando apoiado na educação, e que esse desenvolvimento deve ser revertido em benefício do homem e de sua maior humanização.

A opinião de que simplesmente alfabetizar não bastava, nem mesmo ministrar escolarização primária mais completa, se esta estivesse desvinculada das exigências do mercado de trabalho, e que a meta da Prefeitura era levar o homem a se auto-promover, leva à constatação de que as concepções humanista e tecnicista estavam presentes nos planos estudados.

Fica claro, ainda, que era imprescindível a recuperação do homem marginalizado pela falta de escolarização mínima. Conseqüentemente, para atender o apelo do desenvolvimento, os programas de educação de adultos deveriam estar condicionados à formação de mão-de-obra de que o país necessitava. E a escola deveria ser um meio capaz de despertar e incentivar o natural espírito de curiosidade das crianças, bem como desenvolver a personalidade e a inteligência que viriam a estruturar o comportamento social de cada criança. Tudo isso foi proposto, objetivando uma nova forma de educação.

Conclui-se, portanto, nesta etapa da pesquisa em andamento, que os planos de educação pública em Curitiba, em qualquer dos períodos analisados, têm por base uma filosofia humanística de desenvolvimento que concebe a educação como um instrumento para o desenvolvimento do homem em todo o seu potencial. A perspectiva tecnicista se manifesta na ênfase que é dada à preocupação com a capacitação do homem, em curto prazo, para o mercado de trabalho.

Tratando-se de pesquisa em andamento, outros aspectos serão apresentados na continuidade.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- PASSOS, M.E.M. *Necessidades pedagógicas das crianças que freqüentam as séries iniciais do ensino de 1º grau em escolas de periferia: um estudo em Curitiba*. Curitiba: UFPR, 1983.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. IPPUC. *Primeiro programa municipal para a educação de Curitiba*. Curitiba, 1968.
- _____. Departamento do Bem Estar Social. Diretoria de Educação. *Plano de educação*, v. I, II, III, III-A, III-B. Curitiba, 1975.
- _____. Departamento do Bem Estar Social. *A implantação do ensino de 1º grau – I. Aspectos evolutivos, problemas prioritários*. Curitiba, 1975.
- _____. *Plano curricular: Diretrizes para as escolas municipais*. Curitiba, 1977.
- _____. *Políticas de educação para o município de Curitiba*. Curitiba, 1983 (digitado)
- _____. Departamento de Educação. *Política de educação para uma escola aberta*. 1983/1986. Curitiba, 1983.
- _____. Estatuto do magistério municipal de Curitiba. Lei n. 6.761, de novembro de 1985. Dispõe sobre o Quadro Próprio do Magistério da Prefeitura Municipal de Curitiba, do Ensino do Primeiro Grau, e estabelece o regime jurídico a ele vinculado. *Diário Oficial*. Curitiba, 13 de novembro de 1985.
- _____. Secretaria Municipal da Educação. *Plano de educação do município de Curitiba*. Gestão 1986-88. Curitiba, 1986.
- _____. Secretaria Municipal da Educação. *Plano municipal de ensino*. Gestão 1989/92. Curitiba, 1989.
- _____. Secretaria Municipal da Educação. *Currículo básico: uma contribuição para a escola pública brasileira*. Curitiba, 1988.
- _____. Secretaria Municipal da Educação. *Currículo básico: compromisso permanente para a melhoria da qualidade do ensino na escola pública*. Curitiba, 1998.
- _____. Secretaria Municipal da Educação. *Projeto de implantação dos ciclos de aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Curitiba*. Curitiba, 1999.
- _____. *Diretrizes curriculares em discussão*. Curitiba, 2000.
- _____. *Diretrizes curriculares*. Curitiba, 2002/2003.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Relatório: Seminário de Educação 1979*. Curitiba, 1979.